

Sala:	Inscrição:	PROVA TIPO D
	Nome:	
Num. Sala:	CPF:	
	Identidade:	
Ord. Geral:	Data de Nascimento:	
	Emprego:	

SECTEC
SECRETARIA DE
CIÊNCIA E TECNOLOGIA



CONCURSO PÚBLICO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DE EMPREGOS DE ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, ASSISTENTE TÉCNICO E ANALISTA TÉCNICO DA AGÊNCIA GOIANA DE HABITAÇÃO S/A - AGEHAB

EDITAL Nº 001/2010 - SECTEC, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2010

PROVA DE CONHECIMENTOS

ANALISTA TÉCNICO - ADVOGADO

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno contém 60 questões de múltipla escolha (30 de Conhecimentos Gerais e 30 de Conhecimentos Específicos) e 02 questões dissertativas.
- Verifique, na Folha de Respostas das questões objetivas, se o seu nome e número do documento de identificação estão corretos.
- Em cada questão, você deve assinalar somente uma das alternativas.
- Será anulada a questão que contiver emenda, rasura ou, ainda, a que apresentar mais de uma alternativa assinalada na Folha de Respostas.
- Ao marcar a alternativa correta na Folha de Respostas, use caneta esferográfica de tinta preta, ponta grossa.
- A duração total da prova é de 5 horas. Este tempo inclui a resposta às questões de múltipla escolha, e às questões dissertativas, e, ainda, a marcação da Folha de Respostas das questões de múltipla escolha.

CERTO

	A	B	C	D	E
1	☒	☐	☐	☐	☐
2	☐	☒	☐	☐	☐
3	☐	☐	☒	☐	☐
4	☐	☐	☐	☒	☐
5	☐	☐	☐	☐	☒
6	☐	☐	☐	☐	☒

ERRADO

	A	B	C	D	E
21	☒	☐	☐	☐	☐
22	☐	☒	☐	☐	☐
23	☐	☒	☐	☐	☐
24	☐	☒	☐	☐	☐
25	☐	☒	☐	☐	☐
26	☒	☐	☐	☒	☐

- Ao terminar a prova, entregue, obrigatoriamente, ao Fiscal de Sala as suas Folhas de Respostas das questões objetivas e das questões discursivas.
- Leia, na página 14, as instruções para a Prova Discursiva (questões dissertativas).
- Você só poderá levar o Caderno de Prova após transcorridas 4 horas do início da prova.
- Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala só poderão ser liberados juntos.

Execução:

Fundação
Sousândrade
DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA UFMA

Data:

Horário:

Assinatura do Candidato

Conhecimentos Gerais

Leia o texto **A** e responda às questões de 1 a 5.

TEXTO A

O amor foi um dos grandes temas do filósofo Platão. Ele distinguia o amor físico, “superficial”, aquele em que o parceiro pouco importa, pois só a aventura interessa, do amor celeste, em que o amante ama o amado pela sua alma e o sexo entre eles é um elo forte. Esse amor celeste implica regras de conduta para evitar o comportamento intempestivo dos que se entregam ao amor superficial, também dito vulgar. Platão diz que o amante e o amado devem se cuidar para se tornar bons e sábios — virtuosos, enfim. Na Idade Média, com o surgimento dos trovadores (os poetas líricos), o amor se tornou um tema privilegiado nas conversas das cortes da Europa. [...] O amor e suas variantes, o sucesso e o insucesso no amor, a fidelidade e a infidelidade são temas eternos. O que muda é a forma de lidar com o sentimento amoroso. Nós, hoje, não nos orientamos por regras prefixadas e também não inventaríamos os casos possíveis — acreditamos, pelo contrário, que cada caso é único, por mais que guarde semelhanças com outros. Com a descoberta do inconsciente, a ideia da particularidade de cada indivíduo se impôs. Sabemos que ninguém vive o amor da mesma maneira. Também sabemos que o amor se apresenta como um enigma e nunca se deixa decifrar inteiramente — ele é indissociável do não saber. Assim, no começo dos anos 80, quando um editor me pediu que escrevesse um livro sobre o tema, eu aceitei a proposta — escrevi, porém, que não há como definir o sentimento amoroso. Usei, como epígrafe do livro, uma frase do poeta português Fernando Pessoa: “Anjo... de que matéria é feita a tua matéria alada?”.

Betty Milan IN: Revista Veja, Ed. 2151, 10 de fevereiro de 2010.

01

Segundo as ideias extraídas do texto, baseadas no pensamento da autora,

- I. cada história de amor é singular em relação a outras.
- II. não pode haver semelhanças em histórias de diferentes amores.
- III. as contradições no amor são eternas.
- IV. predomina, hoje, a visão do amor celeste de Platão.

Está **CORRETO** o que se afirma em

- a) III e IV, apenas.
- b) I e III, apenas.
- c) I, III e IV, apenas.
- d) I, II, III e IV.
- e) II e III, apenas.

02

São exemplos de uma mesma função sintática os elementos destacados na opção:

- a) “Esse amor celeste implica regras de conduta...”
“... e também não inventaríamos os casos possíveis...”
- b) “Com a descoberta do inconsciente, a ideia da particularidade de cada indivíduo se impôs.”
“...aquele em que o parceiro pouco importa...”
- c) “... que o amor se apresenta como um enigma...”
“O amor foi um dos grandes temas do filósofo Platão.”
- d) “...quando um editor me pediu que escrevesse...”
“O que muda é a forma de lidar com o sentimento...”
- e) “... e o sexo entre eles é um elo forte.”
“Nós, hoje, não nos orientamos por regras prefixadas...”

03

Examine se as substituições sugeridas para elementos do texto **A**, preservando o contexto, provocam alterações de sentido, ou desvio da norma padrão da língua.

- I. “implica regras de conduta” → embaraçam
- II. “para se tornar bons e sábios” → para que se tornem
- III. “por mais que guarde semelhanças com outros” → a despeito de eles guardarem
- IV. “e nunca se deixa decifrar inteiramente” → se pode codificar
- V. “Usei, como epígrafe do livro” → epitalâmio
- VI. “que não há como definir o sentimento amoroso” → é impossível

Estão **CORRETAS** as substituições sugeridas em

- a) I, II, III e V, apenas.
- b) III e V, apenas.
- c) II e VI, apenas.
- d) II, III e VI, apenas.
- e) I, III e IV, apenas.

04

Com base no texto **A**, atente para as informações dos itens abaixo.

- I. A autora do artigo vale-se de uma frase do poeta Fernando Pessoa para usá-la como epígrafe do livro escrito por ela, apenas para demonstrar emotivamente uma preferência particular, sem outra intenção detectável, que constitua um papel específico na construção de seu discurso.
- II. Ao dar enfoque à visão do amor concebida por Platão, a autora do artigo de Veja não dá informações detalhadas sobre outros aspectos da vida e da obra desse filósofo. Pode-se inferir que ela pressupõe que tais informações fazem parte da cultura pessoal do interlocutor.
- III. Em “*Também sabemos... do não saber.*”, preservando o contexto, pode-se reconhecer a utilização de dois operadores argumentativos, na informação em que se acham inseridos.

Está **CORRETO** o que se afirma em

- a) I, II e III.
- b) II, apenas.
- c) III, apenas.
- d) I, apenas.
- e) II e III, apenas.

05

A epígrafe que a autora usou no seu livro retoma uma ideia sobre o amor, presente no texto. Assinale a opção que apresenta essa ideia.

- a) O ideal platônico de amor.
- b) As contradições do amor.
- c) As variações do amor.
- d) A indefinição do amor.
- e) O lirismo do amor medieval.

**06**

Na tira acima, Garfield muda de atitude se compararmos a sua fala do primeiro com a do terceiro quadrinho. Essa mudança se dá em função de

- a) uma contradição contida na expressão “nada contra ele”, no primeiro quadrinho.
- b) uma ordem expressa pelo verbo no infinitivo “pegar”, no segundo quadrinho.
- c) uma condição expressa pelo verbo “ter”, flexionado no futuro do presente, no primeiro quadrinho.
- d) um pedido expresso pela locução verbal “vai dormir”, no segundo quadrinho.
- e) uma condição expressa pela conjunção “se”, no segundo quadrinho.

As questões de 7 a 12 baseiam-se no texto B.

TEXTO B

O discurso foi excelente. Direto, sem ser raso. Técnico, sem ser chato. Sensível, sem ser piegas. No horário nobre da quarta-feira passada, o presidente Barack Obama falou durante 47 minutos em sessão conjunta do Congresso com o objetivo de virar o jogo a favor de sua proposta de reforma do sistema de saúde. Depois de promovê-la a prioridade número 1 de sua agenda doméstica, e vê-la ser estraçalhada nas inúmeras reuniões que deputados e senadores fizeram com eleitores no recesso parlamentar de agosto, Obama está sendo convidado a descer do palanque para ser apresentado à realidade. E a realidade é o avesso de sua utopia: a maioria, exatamente 51% na última pesquisa, é contra a reforma da saúde. Traduzindo: os americanos não querem um sistema público de saúde para competir com as empresas privadas e não gostam da ideia de o governo administrar o sistema atual para evitar abusos das seguradoras. Por trás disso, há uma mensagem cujas raízes remontam à história do país: a maioria dos americanos desconfia da honestidade, dos propósitos e da competência dos governos – qualquer governo.

Na superfície, o debate sobre a saúde nos Estados Unidos provoca divergências técnicas. Na proposta de Obama, todos os americanos serão obrigados a ter plano de saúde. Mas qual o leque mínimo dos benefícios? Obama promete que o governo vai subsidiar quem não puder comprar um plano. Mas de quanto será o subsídio? Obama disse, pela primeira vez, que o custo da reforma em dez anos será, no máximo, de 900 bilhões de dólares e o grosso do dinheiro virá da redução do desperdício e das fraudes. Mas de onde saiu o cálculo do que escorre pelo ralo do desperdício e das fraudes? Encerrado o discurso de Obama, a atenção da imprensa e dos políticos foi concentrada nessas dúvidas.

André Petry IN: Revista Veja, 16 de setembro de 2009.

07

Com base no texto, julgue as inferências propostas nos itens abaixo.

- I. O desenvolvimento do texto indica que seu autor, André Petry, possivelmente procura afirmar um ponto de vista a partir dos implícitos do discurso do presidente, conforme se pode deduzir pela leitura do primeiro parágrafo.
- II. O autor do artigo manifesta simpatia pela forma discursiva apresentada pelo presidente Obama naquela quarta-feira no Congresso.
- III. O artigo de Petry faz um cotejo na passagem “E a realidade é o avesso de sua utopia...”

Apresenta sustentação contextual:

- a) apenas o item III.
- b) os itens I, II e III.
- c) apenas o item II.
- d) apenas o item I.
- e) apenas os itens II e III.

08

Qual das formulações resume, conceitualmente, o argumento central do texto?

- a) “Obama disse, pela primeira vez, que o custo da reforma em dez anos será, no máximo, de 900 bilhões de dólares e o grosso do dinheiro virá da redução do desperdício e das fraudes.”
- b) “Na superfície, o debate sobre a saúde nos Estados Unidos provoca divergências técnicas.”
- c) “Na proposta de Obama, todos os americanos serão obrigados a ter plano de saúde.”
- d) “Obama promete que o governo vai subsidiar quem não puder comprar um plano.”
- e) “a maioria dos americanos desconfia da honestidade, dos propósitos e da competência dos governos – qualquer governo.”

09

Assinale a opção **CORRETA** a respeito das relações de coesão do texto.

- a) A forma “-la” em “promovê-la” retoma a expressão “proposta de reforma do sistema de saúde” (primeiro parágrafo).
- b) O termo “disso” em “Por trás disso” (primeiro parágrafo) retoma o termo “última pesquisa” (primeiro parágrafo).
- c) O pronome “que” em “Obama promete que o governo...” substitui o termo “proposta de Obama” (segundo parágrafo).
- d) A conjunção “que” em “nas inúmeras reuniões que deputados e senadores...” (primeiro parágrafo) resume o termo “deputados e senadores”.
- e) O desenvolvimento do texto permite substituir a expressão “Na superfície” (segundo parágrafo) por “Na íntegra”.

10

Observe os seguintes fragmentos, transcritos do texto. Considere o contexto.

- I. “O discurso foi excelente.”
- II. “Na proposta de Obama, todos os americanos serão obrigados a ter plano de saúde.”
- III. “Traduzindo: os americanos não querem um sistema público de saúde para competir com as empresas privadas e não gostam da ideia de o governo administrar o sistema atual para evitar abusos das seguradoras.”

Esses trechos exemplificam, respectivamente, a predominância das seguintes funções da linguagem:

- a) emotiva, referencial e metalinguística.
- b) referencial, emotiva e poética.
- c) metalinguística, referencial e emotiva.
- d) fática, poética e emotiva.
- e) fática, fática e emotiva.

11

A conjunção “mas” expressa basicamente uma relação de sentido tipicamente reconhecida entre dois conteúdos. Em alguns enunciados, essa relação se torna mais clara, conforme o efeito que o enunciador pretende produzir.

Considerando o contexto, pode-se afirmar que a conjunção “mas”, no início das interrogativas formuladas no texto, no último parágrafo,

- a) adiciona idéias similares às apresentadas no fragmento “com o objetivo de virar o jogo a favor de sua proposta de reforma do sistema de saúde.”, constituindo o próprio fundamento da argumentação desse fragmento.
- b) retifica a passagem “...o debate sobre a saúde nos Estados provoca divergências técnicas.”
- c) possibilita reconhecer que o texto se apresenta incoerente, já que o contraponto constituído pelas interrogações é insustentável no texto e no contexto.
- d) é utilizada como operador argumentativo que fortalece o pressuposto de que a proposta de Obama apresenta informações vagas e imprecisas.
- e) provoca no leitor brasileiro uma motivação positiva a respeito desse benefício proposto por Obama, o que se verifica devido ao papel exercido por essa conjunção, operador argumentativo que conduz de modo contrário a tese de Petry.

12

A conotação é o lugar em que ecoam as experiências culturais da comunidade de uma língua, na medida em que o uso da expressão e palavras revela juízo de valor de maneira marcante. Considerando essa afirmação de J. Carlos Azeredo, identifique o emprego da linguagem conotativa, preservando o contexto, nas opções a seguir.

- a) “... o presidente Barack Obama falou durante 47 minutos...”
- b) “Técnico, sem ser chato.”
- c) “... do que escorre pelo ralo do desperdício e das fraudes?”
- d) “Obama promete que o governo vai subsidiar...”
- e) “... a maioria dos americanos desconfia da honestidade, dos propósitos...”

13

Eleito Governador do Estado de Goiás para o período de 1961-1964, através da coligação PSD/PTB, Mauro Borges foi considerado o primeiro governador a ter um planejamento global para o Estado. Neste planejamento, promove uma experiência piloto, visando minimizar os problemas da ocupação da terra com a expansão do capitalismo, uma tentativa de reforma agrária no Estado, que recebeu como denominação:

- a) Colônia Agrícola de Uvã.
- b) Projeto da Colônia Agrícola de Ceres.
- c) Combinado Agro-Urbano de Arraías.
- d) Colônia de Santa Cruz.
- e) Colônia de Italianos de Nova Veneza.

14

O século XVII representou a etapa de investigação das possibilidades econômicas das regiões goianas, durante a qual o seu território tornou-se conhecido. No século seguinte, em função da expansão da marcha do ouro, ele foi devassado em todos os sentidos, estabelecendo-se a sua efetiva ocupação através da mineração. Nesse sentido, pode-se afirmar que a economia goiana no final do século XVIII se caracteriza:

- a) Pelo aumento da arrecadação fiscal e da imigração para a região.
- b) Como um período de desenvolvimento através do processo de industrialização urbana.
- c) Pelo declínio da mineração e empobrecimento da capitania que se volta para as atividades agropecuárias.
- d) Como o período áureo, grande circulação de riqueza, intenso povoamento, apogeu da mineração.
- e) Pelo crescimento comercial e desenvolvimento urbano.

15

Com o processo de Independência do Brasil em 1822, a estrutura política não sofre mudanças marcantes em Goiás. Essas mudanças ocorrem de maneira gradual e com disputas internas pelo poder entre os grupos locais. Nesse contexto destaca-se:

- a) o atrito dos grandes proprietários de terra com o governo central, pois eles eram totalmente contra a separação de Portugal.
- b) o movimento separatista do norte de Goiás, provocado por interesses econômicos e políticos dos grandes proprietários de terra descontentes com a falta de benefícios do governo.
- c) o elevado índice de imigrantes estrangeiros, que se tornaram responsáveis pelo desenvolvimento da pecuária no Estado.
- d) a recuperação da economia mineradora com a descoberta de novas jazidas na região norte do Estado.
- e) a consolidação da separação do norte, aprovada em 1823 pelo governo imperial.

16

Entre 1920-1929, o gado vivo significou quase a metade de todas as exportações e 27,69% da arrecadação total do Estado. Entre 1889 e 1932, Goiás exportou 3.690.372 cabeças de gado; em 1928, ano de maior exportação, 154.229.

(PALACIN, Luís. MORAES, Maria Augusta de Sant'Anna. História de Goiás. Goiânia: Editora da UCG, 1989, p.94.)

Identifique o fator que define a economia goiana nesse período histórico:

- a) Desenvolvimento de grandes polos industriais e urbanos graças ao acúmulo de capitais gerado pela pecuária.
- b) Aumento significativo da produtividade com a adoção da pecuária intensiva por parte dos fazendeiros.
- c) Aumento da produção e das exportações da carne bovina ampliado com a construção e pavimentação das rodovias na década de 20, pelo governo do Estado.
- d) Consolidação econômica dos pequenos proprietários de terra que tiveram oportunidade de ampliar seus negócios.
- e) Adoção da pecuária extensiva, baseada nas relações de trabalho arcaicas no campo e predomínio do clientelismo.

17

A Revolução de 1930 deu início a uma fase na História do Brasil marcada pela liderança de Getúlio Vargas, período que se estende até 1945. Em Goiás, é considerada uma revolução importada cujo ponto de apoio foi:

- a) a classe média responsável pela expansão dos centros urbanos goianos.
- b) a parte da classe dominante descontente com o domínio político das oligarquias da capital.
- c) o descontentamento dos militares goianos com o regime vigente.
- d) a grande representatividade do operariado nos centros urbanos.
- e) o interesse dos industriais em reformas visando a ampliação dos investimentos no setor.

18

Cerca de mil mulheres participaram ontem do Projeto Mulheres da Paz, no Centro de Convenções de Goiânia. Carregando bandeiras feitas com frases de carinho, elas chamaram a atenção para a causa que passaram a lutar: evitar a violência com jovens na região do Entorno do Distrito Federal – Valparaíso, Cidade Ocidental, Planaltina, Águas Lindas, Formosa, Luziânia, Cristalina. O Projeto que integra o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – Pronasci, do Ministério da Justiça, faz um trabalho preventivo em municípios mais vulneráveis à violência.

O Popular, Goiânia, 22/03/2010.

Esse episódio ligado à falta de informações sobre o paradeiro de seis jovens desaparecidos recentemente em Luziânia, município goiano localizado a 66km de Brasília, revela uma questão de alcance bem mais amplo para a sociedade goiana atual. Considerando essas informações, a respeito da região do Entorno do Distrito Federal, analise os itens a seguir:

- I. O fluxo migratório para essa região não foi acompanhado por investimentos correspondentes nas áreas de educação, saúde, saneamento, urbanismo e segurança pública.
- II. A falta de planejamento para minimizar os impactos que a concepção de Brasília causaria à região, que abriga, ainda hoje se faz sentir, mesmo após os cinquenta anos de sua fundação.
- III. As demandas sociais não refletem nos elevados indicadores de criminalidade na região, pois o seu combate é uma questão de estruturação da segurança pública na região, com o aumento do efetivo policial e do sistema carcerário.
- IV. Os altos índices de criminalidade registrados têm como causas, meramente, o crime organizado, o comércio e o uso de drogas e entorpecentes.

Estão **CORRETOS** apenas os itens:

- a) III e IV.
- b) I e III.
- c) II e III.
- d) II e IV.
- e) I e II.

19

A Organização Mundial do Comércio (OMC) autorizou o Brasil a punir comercialmente os Estados Unidos por conta do subsídio ilegal concedido aos seus produtores de algodão. O Brasil poderá aplicar aos Estados Unidos uma sanção que, tecnicamente, é chamada de retaliação

- a) múltipla.
- b) simples.
- c) unilateral.
- d) cruzada.
- e) cumulativa.

20

No debate contemporâneo, a relevância planetária da questão ambiental se expressa através de três movimentos: regenerar as partes agredidas, preservar e cuidar do que resta do planeta. Nesse sentido, faz-se necessário

- () o desenvolvimento de amplo processo de reflorestamento das áreas devastadas.
- () a substituição de fontes de energia à base da utilização de combustíveis fósseis, por outros meios de produção mais limpas.
- () a criação de amplos espaços agricultáveis associados à pecuária de corte.
- () a formação de consciência crítica, tendo como suporte uma visão sistêmica da questão ambiental.
- () que o desenvolvimento se efetive em harmonia com os recursos dos diferentes ecossistemas.

Julgue os itens acima em **V** (verdadeiro) ou **F** (falso). Em seguida, marque a sequência **CORRETA**.

- a) V – V – F – V – V
- b) V – V – V – F – F
- c) F – V – F – V – V
- d) V – F – F – V – V
- e) F – V – F – V – F

21

Para o art. 8º da Constituição Federal, é livre a associação profissional ou sindical, observado o seguinte:

- a) O aposentado, mesmo que filiado, não poderá votar e ser votado nas organizações sindicais.
- b) Ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos, ou individuais do associado, mesmo que não relacionado a interesses da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas.
- c) Todos serão obrigados a filiar-se ou a manter-se filiado a sindicato.
- d) É facultativa a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho.
- e) A lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical.

22

Com base nos termos do art. 37 da Constituição Federal, é **CORRETO** afirmar que

- a) a proibição de acumular empregos e funções públicas remuneradas não se estende a autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público.
- b) a publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.
- c) é absolutamente vedada a acumulação remunerada de cargos públicos.
- d) a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo indeterminado, sem concurso público, para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.
- e) os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis somente a brasileiros natos.

23

Qual das alternativas apresenta atividade (s) que **NÃO** constitui (em) monopólio da União?

- a) A refinação do petróleo estrangeiro.
- b) A pesquisa e a lavra das jazidas de petróleo e gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos.
- c) O transporte terrestre do petróleo bruto de origem nacional ou de derivados básicos de petróleo produzidos no País, bem assim o transporte, por meio de conduto, de petróleo bruto, seus derivados e gás natural de qualquer origem.
- d) A refinação do petróleo nacional.
- e) O transporte marítimo do petróleo bruto de origem nacional ou de derivados básicos de petróleo produzidos no País, bem assim o transporte, por meio de conduto, de petróleo bruto, seus derivados e gás natural de qualquer origem.

24

Quanto ao recurso administrativo previsto na Lei 13.800, de 18 de janeiro de 2001, este estatuto legal **NÃO** menciona que:

- a) têm legitimidade para opor recurso administrativo os cidadãos ou associações, quanto a direitos ou interesses difusos.
- b) das decisões administrativas cabe recurso, em face de razões de legalidade e de mérito.
- c) o recurso será dirigido à autoridade que proferiu a decisão, a qual, se não a reconsiderar no prazo de cinco dias, o encaminhará à autoridade superior.
- d) o recurso administrativo tramitará no máximo por três instâncias administrativas, salvo disposição legal diversa.
- e) salvo disposição legal específica, é de 15 dias o prazo para oposição de recurso administrativo, contado a partir da ciência ou divulgação oficial da decisão recorrida.

25

Quanto aos tratados e convenções internacionais, em matéria de direitos humanos, é **CORRETO** afirmar que

- a) se forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às Leis Complementares.
- b) se forem aprovados, no Senado Federal, em dois turnos, por dois quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.
- c) se forem aprovados, no Senado Federal, em dois turnos, por dois quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às Leis Complementares.
- d) se forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.
- e) têm força de Emenda Constitucional, desde que assinados pelo Presidente da República, devidamente autorizados pela Câmara dos Deputados.

26

Sobre a política de desenvolvimento urbano mencionada na Constituição Federal, executada pelo poder público municipal, é **INCORRETO** afirmar:

- a) O Plano Diretor somente é obrigatório para cidades com mais de cinquenta mil habitantes.
- b) O Plano Diretor somente é obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes.
- c) O Plano Diretor é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.
- d) É facultado ao Poder Público municipal, mediante lei específica para área incluída no plano diretor, exigir, nos termos da lei federal, do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento.
- e) As desapropriações de imóveis urbanos serão feitas com prévia e justa indenização em dinheiro.

27

A professora Maria Sylvia Zanella Di Pietro, ao conceituar administração pública, revela que esta possui dois sentidos: subjetivo e objetivo. Considerando o ponto de vista desta doutrinadora, assinale a alternativa **CORRETA**.

- a) A administração pública em sentido subjetivo é também chamada de material ou funcional.
- b) A administração pública em sentido objetivo é também chamada de material ou funcional.
- c) A administração pública em sentido subjetivo é também chamada de funcional.
- d) A administração pública em sentido objetivo é também chamada de formal.
- e) A administração pública em sentido objetivo abrange todos os entes aos quais a lei atribui o exercício da função administrativa.

28

No que se refere às sociedades de economia mista, é **INCORRETO** afirmar que

- a) compete à Justiça Comum Estadual processar e julgar as causas cíveis em que é parte esse tipo de sociedade.
- b) serão sempre estruturadas como sociedades anônimas.
- c) o seu capital é constituído exclusivamente por recursos oriundos de entes da administração pública.
- d) têm regime jurídico de direito privado.
- e) são sujeitas ao controle estatal.

29

Com relação aos prazos processuais destacados na Lei 13.800 de 18 de janeiro de 2001, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública do Estado de Goiás, é **INCORRETO** afirmar que

- a) os prazos começam a correr a partir da data da cientificação oficial, incluindo-se na contagem o dia do começo e excluindo-se o do vencimento.
- b) salvo motivo de força maior devidamente comprovado, os prazos processuais não se suspendem.
- c) os prazos expressos em dias contam-se de modo contínuo.
- d) os prazos fixados em meses ou anos contam-se de data a data. Se no mês do vencimento não houver o dia equivalente àquele do início do prazo, tem-se como termo o último dia do mês.
- e) considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil seguinte, se o vencimento cair em dia em que não houver expediente ou este for encerrado antes da hora normal.

30

Sobre as modalidades de licitação previstas na Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, é **INCORRETO** afirmar que:

- a) Concurso é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores, conforme critérios constantes de edital publicado na imprensa oficial, com antecedência mínima de 45 (quarenta e cinco) dias.
- b) Concorrência é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados que, na fase inicial de habilitação preliminar, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução de seu objeto.
- c) Tomada de preços é a modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.
- d) Convite é a modalidade de licitação entre interessados – mesmo que não sejam do ramo pertinente ao seu objeto, cadastrados –, escolhidos e convidados em número mínimo de 05 (cinco) pela unidade administrativa, a qual afixará, em local apropriado, cópia do instrumento convocatório e o estenderá aos demais cadastrados na correspondente especialidade que manifestarem seu interesse com antecedência de até 30 (trinta) dias da apresentação das propostas.
- e) Leilão é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para a venda de bens móveis inservíveis para a administração ou de produtos legalmente apreendidos ou penhorados, ou para a alienação de bens imóveis prevista no art. 19, a quem oferecer o maior lance, igual ou superior ao valor da avaliação.

Conhecimentos Específicos**31**

Compete ao Superior Tribunal de Justiça julgar, em recurso especial, as causas decididas, em única ou última instância, pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, quando a decisão recorrida:

- a) contrariar tratado ou lei estadual, ou negar-lhes vigência.
- b) julgar válido ato de governo local contestado em face de lei federal.
- c) declarar a inconstitucionalidade de tratado ou lei federal.
- d) julgar válida lei ou ato de governo local contestado em face da Constituição Federal.
- e) julgar válida lei local contestada em face de lei federal.

32

Nos termos do artigo 109 da Constituição Federal, as causas fundadas em tratado ou contrato da União com Estado estrangeiro ou organismo internacional serão processadas e julgadas pelo(s).

- a) Conselho Nacional de Justiça.
- b) Tribunais Regionais Federais.
- c) Supremo Tribunal Federal.
- d) Superior Tribunal de Justiça.
- e) Juizes Federais.

33

Em relação ao regramento dos orçamentos previstos no art. 165 da Constituição Federal, tem-se que:

- a) o Poder Executivo publicará, semestralmente, relatório resumido da execução orçamentária.
- b) o Poder Executivo publicará, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária.
- c) o Poder Executivo publicará, anualmente, relatório resumido da execução orçamentária.
- d) o Poder Executivo publicará, até trinta dias após o encerramento de cada semestre, relatório resumido da execução orçamentária.
- e) o Poder Legislativo publicará, anualmente, relatório resumido da execução orçamentária.

34

Nas contratações de obras, serviços e compras, não se considera, para efeitos de contratação, conforme previsão do art. 56 da Lei 8.666/93, a seguinte modalidade de garantia:

- a) seguro-garantia.
- b) caução em dinheiro
- c) títulos da dívida pública, emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.
- d) aval
- e) fiança bancária.

35

Nos termos da Lei 8.666/93, as minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente aprovadas pela (o)

- a) ordenador de despesas.
- b) Ministério Público.
- c) assessoria jurídica da Administração.
- d) Presidente da Comissão de Licitação.
- e) Comissão de Licitação.

36

Com respeito ao procedimento do recurso administrativo disposto na Lei Estadual nº 13.800, de 18 de janeiro de 2001, é **INCORRETO** afirmar que:

- a) salvo disposição legal em contrário, o recurso tem efeito suspensivo.
- b) o recurso administrativo tramitará no máximo por três instâncias administrativas, salvo disposição legal diversa.
- c) o recurso será dirigido à autoridade que proferiu a decisão, a qual, se não a reconsiderar no prazo de cinco dias, o encaminhará à autoridade superior.
- d) o não conhecimento do recurso não impede a Administração de rever o ato, se ilegal, desde que não ocorrida preclusão administrativa.
- e) os processos administrativos de que resultem sanções poderão ser revistos, a qualquer tempo, a pedido ou de ofício, quando surgirem fatos novos ou circunstâncias relevantes suscetíveis de justificar a inadequação da sanção aplicada.

37

Se o conhecimento da lide depender necessariamente da verificação da existência de fato delituoso, pode o juiz mandar sobrestar o andamento do processo até que se pronuncie a justiça criminal. Nesse caso, é **CORRETO** afirmar:

- a) Se a ação penal não for exercida dentro de 60 (sessenta) dias, contados da intimação do despacho de sobrestamento, cessará o efeito deste, decidindo o juiz cível a questão prejudicial.
- b) Se a ação penal não for exercida dentro de 60 (sessenta) dias, cessará o efeito deste, decidindo o juiz cível a questão prejudicial.
- c) A suspensão do processo nunca poderá exceder 6 (seis) meses; findo o prazo, o escrivão fará os autos conclusos ao juiz, que ordenará o prosseguimento do processo.
- d) Se a ação penal não for exercida dentro de 30 (trinta) dias, contados da intimação do despacho de sobrestamento, cessará o efeito deste, decidindo o juiz cível a questão prejudicial.
- e) Se não decidida em 30 dias a questão prejudicial, o juiz extinguirá o processo sem resolução do mérito, por falta de interesse de agir (Art. 267, VI do Código de Processo Civil)

38

Extingue-se o processo sem resolução do mérito quando

- a) o juiz pronunciar a decadência ou a prescrição.
- b) as partes transigirem.
- c) houver convenção de arbitragem.
- d) o autor renunciar ao direito sobre que se fundamenta a ação.
- e) o réu reconhecer a procedência do pedido.

39

Em relação ao procedimento ordinário, é **CORRETO** afirmar que:

- a) Verificando que a petição inicial apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, o Juiz indeferirá imediatamente a petição inicial.
- b) Quando a matéria controvertida for unicamente de direito, e no juízo já houver sido proferida sentença de total improcedência em outros casos idênticos, poderá ser dispensada a citação e proferida sentença, reproduzindo-se o teor da anteriormente prolatada.
- c) Quando, para cada pedido, corresponder tipo diverso de procedimento, não se admitirá a cumulação. Dessa forma, o Juízo extinguirá o feito, sem exame do mérito, uma vez que a via processual eleita não é adequada.
- d) Antes da contestação, o autor poderá aditar o pedido, correndo à sua conta as custas acrescidas em razão dessa iniciativa.
- e) O pedido deve ser certo ou determinado. É vedado porém, formular pedido genérico quando a determinação do valor da condenação depender de ato que deva ser praticado pelo réu.

40

Consoante art. 520 do Código de Processo Civil, em determinadas situações, o Juiz receberá o recurso de apelação somente no efeito devolutivo, **EXCETO** quando interposto de sentença que

- a) condenar à prestação de alimentos.
- b) homologar a divisão ou a demarcação.
- c) julgar procedente o pedido de instituição de arbitragem.
- d) confirmar a antecipação dos efeitos da tutela.
- e) julgar a liquidação de sentença.

41

Com relação à repercussão geral, é **INCORRETO** afirmar:

- a) O recorrente deverá demonstrar, em preliminar do recurso, para apreciação exclusiva do Supremo Tribunal Federal, a existência da repercussão geral.
- b) O Supremo Tribunal Federal, em decisão sujeita a recurso, não conhecerá do recurso extraordinário, quando a questão constitucional nele versada não oferecer repercussão geral.
- c) Haverá repercussão geral sempre que o recurso impugnar decisão contrária a súmula ou jurisprudência dominante do Tribunal.
- d) A Súmula da decisão sobre a repercussão geral constará de ata, que será publicada no Diário Oficial e valerá como acórdão.
- e) Se a Turma decidir pela existência da repercussão geral por, no mínimo, 4 (quatro) votos, ficará dispensada a remessa do recurso ao Plenário.

42

Acerca da execução por quantia certa contra devedor solvente, é **INCORRETO** afirmar que

- a) a execução por quantia certa tem por objeto expropriar bens do devedor, a fim de satisfazer o direito do credor.
- b) é absolutamente impenhorável até o limite de 40 (quarenta) salários mínimos, a quantia depositada em caderneta de poupança.
- c) é penhorável o seguro de vida.
- d) podem ser penhorados, à falta de outros bens, os frutos e rendimentos dos bens inalienáveis, salvo se destinados à satisfação de prestação alimentícia.
- e) no caso de integral pagamento no prazo de 3 (três) dias, a verba honorária será reduzida pela metade.

43

No que concerne ao Processo Cautelar, regulamentado pelo Código de Processo Civil, é **CORRETO** afirmar que

- a) é lícito ao juiz conceder liminarmente ou após justificação prévia a medida cautelar, sem ouvir o réu, quando verificar que este, sendo citado, poderá torná-la ineficaz; caso em que poderá determinar que o requerente preste caução real ou fidejussória de ressarcir os danos que o requerido possa vir a sofrer.
- b) o requerido será citado, qualquer que seja o procedimento cautelar, para, no prazo de 10 (dez) dias, contestar o pedido, indicando as provas que pretende produzir.
- c) o requerido será citado, qualquer que seja o procedimento cautelar, para, no prazo de 15 (quinze) dias, contestar o pedido, indicando as provas que pretende produzir.
- d) cabe à parte propor a ação principal, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data do ajuizamento da ação cautelar, quando esta for concedida em procedimento preparatório.
- e) se por qualquer motivo cessar a eficácia da medida cautelar, é lícito à parte repetir o pedido.

44

De acordo com a Lei de introdução ao Código Civil Brasileiro, é **CORRETO** afirmar que

- a) nos Estados estrangeiros, a obrigatoriedade da lei brasileira, quando admitida, se inicia quarenta e cinco dias depois de oficialmente publicada.
- b) as correções a texto de lei já em vigor não se consideram como lei nova.
- c) salvo disposição contrária, a lei começa a vigorar em todo o país 90 (noventa) dias depois de oficialmente publicada.
- d) o divórcio realizado no estrangeiro, se um ou ambos os cônjuges forem brasileiros, só será reconhecido no Brasil depois de 1 (um) ano da data da sentença, salvo se houver sido antecedida de separação judicial por igual prazo, caso em que a homologação produzirá efeito imediato, obedecidas as condições estabelecidas para a eficácia das sentenças estrangeiras no país.
- e) por respeito aos outros Estados estrangeiros, as leis, atos e sentenças de outro país, bem como quaisquer declarações de vontade, terão eficácia no Brasil, mesmo quando ofenderem a soberania nacional, a ordem pública e os bons costumes.

45

Nos termos do Código Civil, poderão os interessados requerer a sucessão definitiva e o levantamento das cauções prestadas

- a) dois anos depois de passada em julgado a sentença que concede a abertura da sucessão provisória.
- b) cinco anos depois de passada em julgado a sentença que concede a abertura da sucessão provisória.
- c) provando-se que o ausente conta setenta anos de idade, e que de dois anos datam as últimas notícias dele.
- d) provando-se que o ausente conta oitenta anos de idade, e que de dois anos datam as últimas notícias dele.
- e) dez anos depois de passada em julgado a sentença que concede a abertura da sucessão provisórias.

46

Nos exatos termos do artigo 44 do Código Civil, consideram-se pessoas jurídicas de direito privado

- a) as fundações e os municípios.
- b) a União e as organizações religiosas.
- c) os partidos políticos e as fundações.
- d) as associações e as autarquias.
- e) as autarquias e as sociedades LTDA.

47

Acerca dos bens públicos, o Código Civil dispõe que

- a) são bens públicos de uso comum do povo aqueles que constituem o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público, como objeto de direito pessoal, ou real, de cada uma dessas entidades.
- b) consideram-se dominicais os bens pertencentes às pessoas jurídicas de direito público a que se tenha dado estrutura de direito privado, mesmo que a lei disponha em contrário.
- c) todos os bens públicos são inalienáveis e insuscetíveis de usucapião.
- d) o uso comum dos bens públicos somente pode se dar a título gratuito.
- e) são públicos os bens do domínio nacional pertencentes às pessoas jurídicas de direito público interno; todos os outros são particulares, seja qual for a pessoa a que pertencerem.

48

Acerca da Responsabilidade Civil, não está **CORRETA** a afirmação de que

- a) a responsabilidade contratual é conhecida doutrinariamente como responsabilidade *aquiliana*.
- b) a responsabilidade civil é independente da criminal, não se podendo questionar mais sobre a existência do fato, ou sobre quem seja o seu autor, quando estas questões se acharem decididas no juízo criminal.
- c) aquele que ressarcir o dano causado por outrem pode reaver o que houver pago daquele por quem pagou, salvo se o causador do dano for descendente seu, absoluta ou relativamente incapaz.
- d) a responsabilidade objetiva prescinde de culpa do agente.
- e) o direito de exigir reparação e a obrigação de prestá-la transmitem-se com a herança.

49

No que tange às horas suplementares acrescidas no horário normal de trabalho, nos termos do artigo 59 da CLT, é **INCORRETO** afirmar que

- a) na hipótese de rescisão do contrato de trabalho sem que tenha havido a compensação integral da jornada extraordinária, na forma do parágrafo 2º do artigo 59 da CLT, fará o trabalhador jus ao pagamento das horas extras não compensadas, calculadas sobre o valor da remuneração na data da rescisão.
- b) a duração normal do trabalho poderá ser acrescida de horas suplementares, em número não excedente de 02 (duas), mediante acordo escrito entre empregador e empregado, ou mediante contrato coletivo de trabalho.
- c) poderá ser dispensado o acréscimo de salário se, por força de acordo ou convenção coletiva de trabalho, o excesso de horas em um dia for compensado pela correspondente diminuição em outro dia, de maneira que não exceda, no período máximo de um ano, à soma das jornadas semanais de trabalho previstas, nem seja ultrapassado o limite máximo de dez horas diárias.
- d) no acordo ou contrato coletivo de trabalho é facultativa a menção ao valor da remuneração da hora suplementar.
- e) os empregados sob o regime de tempo parcial não poderão prestar horas extras.

50

Conforme a Consolidação das Leis do Trabalho, é **CORRETO** afirmar que

- a) o contrato de trabalho é formal, devendo ser declarada a sua nulidade quando realizado de forma verbal.
- b) considera-se empregado toda pessoa física que prestar serviços de natureza não eventual a empregador, sob a dependência deste, mesmo que a título gratuito.
- c) as instituições de beneficência, as associações recreativas ou outras instituições sem fins lucrativos que admitirem trabalhadores como empregados, não terão esta relação regida pela CLT, por existirem normas específicas que regem estas relações de trabalho.
- d) o tempo despendido pelo empregado até o local de trabalho e para o seu retorno, por qualquer meio de transporte, será sempre computado na jornada de trabalho.
- e) o contrato individual de trabalho é o acordo tácito ou expresso, correspondente à relação de emprego.

51

Quanto aos períodos de descanso, é **INCORRETO** afirmar que

- a) os intervalos de descanso não serão computados na duração do trabalho.
- b) entre 2 (duas) jornadas de trabalho haverá um período mínimo de 11 (onze) horas consecutivas para descanso.
- c) quando a jornada de trabalho for de 04 (quatro) horas será sempre obrigatório um intervalo não inferior a 15 (quinze) minutos.
- d) quando o intervalo para repouso e alimentação, previsto no artigo 71 da CLT, não for concedido pelo empregador, este ficará obrigado a remunerar o período correspondente com um acréscimo de no mínimo 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da remuneração da hora normal de trabalho.
- e) será assegurado a todo empregado um descanso semanal de 24 (vinte e quatro) horas consecutivas, o qual, salvo motivo de conveniência pública ou necessidade imperiosa do serviço, deverá coincidir com o domingo, no todo ou em parte.

52

Sobre o recurso de revista, é **CORRETO** afirmar que

- a) cabe Recurso de Revista para Tribunal Regional do Trabalho das decisões proferidas pela vara trabalhista, quando proferidas com violação literal de disposição de lei federal ou afronta direta e literal à Constituição Federal.
- b) o Recurso de Revista, dotado de efeito apenas devolutivo, será apresentado ao Presidente do Tribunal recorrido, que poderá recebê-lo ou denegá-lo, fundamentando, em qualquer caso, a decisão.
- c) das decisões proferidas em grau de recurso ordinário, somente será admitido recurso de revista por contrariedade a súmula de jurisprudência uniforme do Tribunal Superior do Trabalho e violação direta da Constituição da República.
- d) o Recurso de Revista prescinde do requisito de transcendência.
- e) de regra, o Recurso de Revista possui duplo efeito: devolutivo e suspensivo.

53

Quanto ao agravo de instrumento, em matéria de direito do trabalho, é **CORRETO** afirmar que

- a) quando interposto contra o despacho que não receber agravo de petição, não suspende a execução da sentença.
- b) é adequado para impugnar os despachos que derem seguimento a recurso.
- c) é adequado para recorrer de qualquer decisão interlocutória.
- d) é adequado para recorrer das decisões do Juiz ou Presidente, nas execuções.
- e) é recurso não previsto na CLT.

54

Nos termos da Constituição Federal, para legislar sobre direito urbanístico, a competência é:

- a) privativa da União.
- b) privativa do Município.
- c) concorrente.
- d) privativa do Estado.
- e) exclusiva da União.

55

Tendo em vista as considerações acerca do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana (IPTU) progressivo no tempo, a lei 10.257/2001, estabelece que:

- a) em caso de descumprimento das condições e dos prazos previstos na forma do caput do art. 5º desta Lei, ou não sendo cumpridas as etapas previstas no § 5º do art. 5º desta Lei, o Município procederá à aplicação do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana (IPTU) progressivo no tempo, mediante a majoração da alíquota pelo prazo de cinco anos consecutivos.
- b) a majoração da alíquota do IPTU progressivo no tempo será aplicada pelo Município por prazo indeterminado.
- c) é admitida por parte da municipalidade, a concessão de determinadas isenções ou de anistia relativas à tributação progressiva de IPTU.
- d) decorridos cinco anos de cobrança do IPTU progressivo sem que o proprietário tenha cumprido a obrigação de parcelamento, edificação ou utilização, o Município deverá proceder à desapropriação do imóvel, sem direito a qualquer forma de compensação.
- e) o IPTU progressivo é cobrado somente em propriedades acima de 250m².

56

De acordo com a Lei Estadual nº 12.229, de 28 de dezembro de 1993, fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a doar lotes urbanos de propriedade do Estado, em loteamentos implantados para fins de assentamento de famílias carentes, ocupados por estas ou a elas destinados, observada a seguinte condição:

- a) a renda da entidade familiar do donatário não poderá ultrapassar o valor correspondente a 02 (duas) vezes o salário mínimo vigente.
- b) a cada membro da entidade familiar poderá ser doado apenas um lote.
- c) o donatário, no prazo de 15 (quinze) anos, contados da doação, não poderá doar, vender, locar, dar outra destinação ao imóvel ou abandoná-lo por mais de 60 (sessenta) dias, sob pena de sua reversão ao domínio do Estado, independentemente de qualquer indenização por benfeitorias e acessões realizadas.
- d) o beneficiário não poderá ser proprietário de outro imóvel, no momento da doação.
- e) o donatário, no prazo de 20 (vinte) anos, contados da doação, não poderá doar, vender, locar, dar outra destinação ao imóvel ou abandoná-lo por mais de 60 (sessenta) dias, sob pena de sua reversão ao domínio do Estado, independentemente de qualquer indenização por benfeitorias e acessões realizadas.

57

A Lei nº 16.269, de 29 de maio 2008, que dispõe sobre a regularização de ocupação de imóveis urbanos de domínio do Estado de Goiás e dá outras providências, estabelece que:

- a) os recursos provenientes da alienação onerosa de que trata esta Lei serão destinados à Agência Goiana de Habitação – AGEHAB.
- b) a Secretaria de Estado da Fazenda, com a anuência da Procuradoria-Geral do Estado, poderá notificar os interessados ou fazer publicar editais dirigidos àqueles que, a qualquer título, utilizem imóveis urbanos de domínio do Estado para, no prazo que for definido, regularizarem a ocupação na forma desta Lei.
- c) compete à Secretaria de Estado da Fazenda iniciar o processo de regularização dos lotes residenciais e lotes comerciais, efetuando o cadastramento dos respectivos beneficiários, a ser realizado na forma estabelecida em regulamento.
- d) compete à Agência Goiana de Habitação – AGEHAB iniciar o processo de regularização dos lotes residenciais e lotes comerciais, efetuando o cadastramento dos respectivos beneficiários, a ser realizado na forma estabelecida em regulamento.
- e) a alienação de imóveis a ser efetivada na forma desta Lei dependerá da manifestação da Agência Goiana de Habitação – AGEHAB quanto a sua conveniência e oportunidade, do pronunciamento da Procuradoria-Geral do Estado quanto a sua legalidade e regularidade e da prévia autorização do Governador do Estado.

58

A Competência administrativa em matéria ambiental é

- a) suplementar, somente em relação aos Municípios, com base no art. 30, I e II da Constituição Federal.
- b) exclusiva da União.
- c) concorrente.
- d) comum.
- e) subsidiária.

59

Com relação ao Estudo de Impacto Ambiental, é **CORRETO** afirmar que:

- a) ele desenvolverá a elaboração do programa de acompanhamento e monitoramento dos impactos positivos e negativos, indicando os fatores e parâmetros a serem considerados.
- b) tendo em vista o princípio da prevenção, a Constituição Federal estabelece que sua apresentação é exigida para toda e qualquer obra ou atividade que gerem impactos ambientais, mesmo que estes não sejam significativos.
- c) é elaborado após a consecução do empreendimento proposto, pois só então se saberá se a obra ou atividade é impactante.
- d) ele prescinde de publicidade.
- e) apesar da Constituição Federal não fazer menção a essa ferramenta de proteção ambiental, é regulamentada por Lei Federal e Resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA.

60

Acerca da Súmula Vinculante prevista no art. 103-A da Constituição Federal, é **INCORRETO** afirmar que:

- a) o Supremo Tribunal Federal poderá, de ofício ou por provocação, aprovar súmula vinculante.
- b) terá por objetivo a validade, a interpretação e a eficácia de normas determinadas, acerca das quais haja controvérsia atual entre órgãos judiciários ou entre esses e a administração pública que acarrete grave insegurança jurídica e relevante multiplicação de processos sobre questão idêntica.
- c) sem prejuízo do que vier a ser estabelecido em lei, a aprovação, revisão ou cancelamento de súmula poderá ser provocada por aqueles que podem propor a ação direta de inconstitucionalidade.
- d) terá efeito a partir de sua publicação na imprensa oficial.
- e) a aprovação, revisão ou cancelamento de súmula será provocada somente pela maioria relativa dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.

- **ORIENTAÇÕES PARA ELABORAÇÃO DA PROVA DISCURSIVA**

1. A Prova Discursiva que constará de duas questões dissertativas deverá ser manuscrita na Folha de Resposta, em letra legível, no espaço para respostas delimitado para as questões dissertativas. A Folha de Resposta para as questões dissertativas, fornecida pela Coordenação do Concurso Público, será numerada e codificada, sendo o único documento válido para a correção.
2. O candidato deverá, obrigatoriamente, elaborar as questões dissertativas com caneta esferográfica de tinta preta e corpo transparente, no espaço indicado, sendo vedado o uso de caneta com tinta de cor diversa ou de instrumento de escrita com grafite (lápiz, lapiseira etc.).
3. As anotações feitas a lápis ou com caneta, fora das especificações indicadas no Item 2, não serão consideradas pela Banca Examinadora, para efeito de correção da Prova Discursiva.
4. Na correção da Prova Discursiva serão considerados o conteúdo, a capacidade de estruturação lógica, a técnica, a coerência, a fundamentação, a gramática padrão e o conhecimento do conteúdo específico abordado, de acordo com os critérios estabelecidos no Anexo V do Edital do Concurso.
5. A Folha de Resposta da Prova Discursiva não deverá ser assinada, rubricada ou conter qualquer palavra ou marca que possa identificar o candidato, sob pena de anulação da prova, atribuindo-se nota 0 (zero) à mesma.
6. Qualquer desenho, recado, orações ou mensagens, nomes ou suas abreviações, apelido, pseudônimo ou rubrica, colocados na Folha de Resposta da Prova Discursiva serão considerados elementos de identificação do candidato.
7. É de responsabilidade do candidato destacar a sua identificação da Folha de Resposta da Prova Discursiva, no ato da devolução desta ao Fiscal de Sala, sob pena de anulação da respectiva prova, atribuindo-se nota 0 (zero) à mesma.
8. Serão corrigidas somente as redações dos candidatos não eliminados nos termos dos subitens 6.14.6.9 e 6.14.7.2, do Edital do concurso.

- **PROVA DISCURSIVA (duas questões dissertativas)**

1ª Questão

Fale acerca do princípio de desenvolvimento sustentável, indicando seu fundamento constitucional.

2ª Questão

Discorra acerca da súmula impeditiva de recursos e sobre a súmula vinculante, destacando semelhanças e pontos de distinção entre elas.

RASCUNHO

RASCUNHO

RASCUNHO

RASCUNHO